



DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DO PLANALTO

SAUDAÇÕES AOS COMPONENTES DA MESA, AOS ACADÊMICOS, AOS FAMILIARES DE JOAQUIM GILBERTO, AOS AMIGOS E FAMILIARES PRESENTES

Por mais de duas décadas relutei a aceitar o convite para integrar a Academia de Letras e Artes do Planalto balizado na postura ética de que só integraria esta casa de cultura, quando tivesse editado um livro sobre os fatos e feitos do "Grupo de Santa Luzia".

Em agosto deste ano, ao localizar a secretária-científica da Missão Poli Coelho, fechei todo o ciclo de pesquisa histórica sobre o Movimento Mudancista. Portanto essa mudança de postura não sofre influência da trilogia do Herói Grotresco que julga que só passaria a existir em sua aldeia, seu estado e seu País, após plantar uma árvore, fazer um filho e escrever um livro.

Cabe ao acadêmico Marco Antonio, com seu monumental tamanho, todo preenchido de afável paciência, o convencimento de que a posse tinha que ser antes da edição do livro sobre o "Grupo de Santa Luzia". Portanto, confreres e confrades, até que se cumpra o determinismo do "Gênesis", ele será o responsável pela minha incômoda presença neste Sodalício.

Ao colegiado presidido pelo poeta e educador WILTER CAMPOS (CUNICULUM), prolífico até no sobrenome de cristão novo, devo a incomensurável honra de ter como patrono um dos fundadores desta Academia, que ocupou a cadeira patroneada pelo "Pai da Historiografia Goiana", Antônio Americano do Brasil.

No dia 26 de agosto de 1985, portanto há vinte e cinco anos, o tabelião, conselheiro municipal, deputado constituinte e secretário

da Fazenda do Estado de Goiás, Joaquim Gilberto falecia em Luziânia.

Nascido em 24 de abril de 1905, na antiga Santa Luzia, filho de Felicidade Teixeira dos Anjos e neto de Joaquim Teixeira Álvares, descendente do hospedeiro do botânico e cientista francês Auguste de Saint-Hilaire e do médico, mineralogista e botânico Johann Emanuel Pohl, que os acolheu em 1819 e 1820 quando de suas passagens por Santa Luzia.

Joaquim Gilberto cursou a escola primária do professor Josué Meireles, sucedido por José Gomes de Faria, Gelmires Reis, Benvindo Machado e José Brasil.

Em 1920 ingressou no curso secundário do Ateneu Goiano de Santa Luzia, regido pelo professor Alarico Torres Verano e cujo corpo docente era composto pelos professores Arnaldo Sotter Gonzaga, doutor Henrique Itiberê, Felicíssimo do Espírito Santo Neto, Padre Jacinto e Baltazar Reis. Após três anos de funcionamento este educandário encerrou suas atividades, forçando assim Joaquim Gilberto a interromper seu curso ao terceiro ano. Fora do colégio ele freqüentou aulas de português, inglês e latim com o professor Antonio Euzébio de Abreu e com o professor e doutor, Clarkson de Meneses. Aos doze anos vai trabalhar como comerciário nas lojas de Benedito de Araújo Mattos e de Moisés Roriz.

Em 1925, devido a sua escrita escorreita e a sua já sólida cultura humanista, foi nomeado para o cargo de escrevente do Cartório de Família, Órfãos e Sucessões de Santa Luzia.

Em 1927, numa eleição disputadíssima, foi eleito Conselheiro Municipal à Intendência Municipal de Santa Luzia, desempenhando

o cargo de secretário até 1930 quando, em virtude da Revolução de 1930, foi a Intendência fechada, como foram todas as casas legislativas do Brasil.

Em 1929 disputou, em concurso perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o cargo de 1º Tabelião. No dia 25 de maio de 1929, empossado transferiu-se logo depois para Santa Luzia, exercendo o cargo até o dia 24 de abril de 1975 quando se aposentou pelo limite legal de idade.

Em 1935 casou-se na cidade de Goiás com Maria do Rosário e Castro, filha do combativo jornalista Theodulo Alves de Castro e Maria Rizzo de Castro.

Em 1946 foi eleito deputado estadual à Assembléia Constituinte de Goiás, sobressaindo entre os constituintes compostos de médicos, advogados e engenheiros pela exuberante cultura humanística, e eles o escolheram para presidir a Comissão de Constituição e Justiça, que coordenou e relatou toda a matéria do projeto da Constituição do Estado de Goiás, discutida, aprovada e promulgada no dia 20 de julho de 1947.

O maior mérito histórico e político de Joaquim Gilberto, no período da redemocratização, é que dentre todas as constituições estaduais brasileiras, a Constituinte Goiana foi considerada a mais progressista de todas, sendo a única a contemplar em seus artigos a disciplinação do "Arrendo" em um estado de economia agro-pastoril.

Em depoimentos a mim concedidos ele lembrou que sua candidatura foi registrada pela Esquerda Democrática da União Democrática Nacional - UDN - que viria a formar o Partido Socialista Brasileiro.

Em 1949 Joaquim Gilberto foi nomeado pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno como o seu Secretário da Fazenda. Na Secretaria da Fazenda ele participou da elaboração do novo Código Tributário do Estado de Goiás que vigiu em sua profícua gestão.

Convocado em 1974 para tomar parte da reunião dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, em São Paulo, onde foi discutida a Lei nº 6.015, participou ainda da fundação do Instituto dos Oficiais do Registro de Imóveis do Brasil em 22 de junho de 1974.

O MUDANCISTA

Joaquim Gilberto era um dos membros ilustres do "Grupo de Santa Luzia" e sua contribuição para a construção de Brasília deve ser ressaltada. Enquanto nos outros estados da Federação os interventores solicitaram aos juristas um anteprojeto de constituição, no Estado de Goiás isso não foi feito.

Sob sua coordenação e liderança foram estudados artigos por artigos, capítulos por capítulos e um merece um destaque especial; os goianos colocaram na sua Constituinte um artigo que colocava 52.000 quilômetros quadrados à disposição da União para a transferência da Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro.

A sua lisura como Tabelião seria demonstrada em 1955 quando o governador José Ludovico de Almeida faz a história avançar e cria a Comissão de Cooperação e Mudança da Capital Federal, presidida pelo doutor Altamiro de Moura Pacheco.

O ex-deputado constituinte Benedito de Araújo Melo coloca o edifício em construção do Hospital de Santa Luzia, do qual era o Provedor pelos Vicentinos, para sediar a comissão e Segismundo de

Araújo Melo juntamente com Jofre Mozart Parada dão início a demarcação do que viria a se constituir o atual Distrito Federal.

Sem a irretorquível legalidade do Tabelião Joaquim Gilberto, o Presidente e condutor de sonhos, Juscelino Kubitschek de Oliveira, não teria condições de construir Brasília no tempo em que ela foi edificada. Quando o presidente Juscelino assumiu o mandato, o local para a construção da Capital Federal já estava escolhido e desapropriado amigavelmente.

Hoje, quando o Distrito Federal é palco de criminosos parcelamentos ilegais do seu território, quando a cadeia dominial deveria passar apenas pelo Cartório de Luziânia e de Planaltina, juízes aceitam procurações de pessoas mortas e passadas em cartórios que distam 600 quilômetros da área física do Distrito Federal.

O amoralismo e despautério a que chegou a Nação Brasileira podemos constatar quando membros do Ministério Público, Juízes, Ministros de Tribunais Superiores, candidatos e governadores chegam a colocar em suas declarações eleitorais e do Imposto de Renda que são proprietários de imóveis nos criminosos "condomínios".

Joaquim Gilberto é um exemplo de cristalina lisura, honradez profissional e pessoal e tem seu espaço eternamente assegurado na história. Como tabelião cabe-lhe o apanágio de nunca ter participado ou coonestado de atos ilegais.

O INTELLECTUAL

Joaquim Gilberto é um dos mais ilustres membros do "Grupo de Santa Luzia", que teve o seu primeiro registro para toda a humanidade em 1819, quando o botânico e cientista francês, August de Saint-Hilaire aqui chegou no dia 1 de junho de 1819.

Saint-Hilaire foi recepcionado pelo padre João Teixeira Álvares e assistiu da sacada do sobrado hoje pertencente a confrreira Terezinha Roriz, e seu esposo, ali na Praça da Matriz, uma Cavalhada, onde, também esteve o médico, mineralogista e botânico Johann Emanuel Pohl em 1820, membro da Missão Austríaca que veio ao Brasil por ocasião do casamento do Príncipe Dom Pedro com a Arquiduquesa Leopoldina.

Ambos cientistas ficaram maravilhados com a biblioteca e a cultura do padre João Teixeira Álvares que conhecia todos os clássicos da literatura e dominava mais de seis idiomas, falando francês com Saint-Hilaire e alemão com Pohl.

Saint-Hilaire registrou, "João Teixeira Álvares sabia francês, italiano e espanhol; conhecia os nossos melhores escritores do século de Luiz XIV e possuía uma seleta biblioteca com várias centenas de volumes o que no país era uma raridade. Além de ser um homem instruído, bondoso e amável, ele era no clero brasileiro uma notável exceção, pois se achava imbuído do verdadeiro espírito de sua missão".

Na época Santa Luzia tinha 300 casas e 3.886 habitantes pelo recenseamento de 1812.

O que Saint-Hilaire registra e detalha em seguida é o trabalho social empreendido pelo Padre João Teixeira que criou uma atividade paroquial para vencer o isolamento das mulheres, e a

ociosidade, ensinando trabalhos manuais, e com a lã dos carneiros que ele criava elas faziam chapéus.

Aos homens ele procurava eliminar os métodos errôneos e atrasados na agricultura além, evidentemente, do acultramento didático e humanístico.

Quarenta anos depois, Joseph de Mello Álvares, jornalista, historiador, farmacêutico, médico e administrador público, criaria a "Colônia Orphanológica Blasiana" em Santa Luzia sob a inspiração humanista do padre João Teixeira Álvares.

Como historiador Joseph de Mello Álvares registrou a condenação do padre Gabriel Malagrida no dia 20 de setembro de 1761 pela Inquisição, determinando que fosse queimado vivo pelos seus ensinamentos considerados heréticos.

O padre Gabriel Malagrida aqui fez suas prédicas e tinha muitos amigos em Santa Luzia, a sua execução na Praça do Rocio, em Lisboa, foi assistida pelo Marquês de Pombal, que determinou ainda que ele fosse queimado com as vestes de jesuíta e não com o hábito dos supliciados, caracterizando assim a sua luta aberta contra os Jesuítas.

Registro apenas nesses dois vultos; Padre João Teixeira Álvares e Joseph de Mello Álvares, um pouco da antropologia cultural e humanística herdada por Joaquim Gilberto e os outros membros ilustres do "Grupo de Santa Luzia" que desde a passagem da Missão Cruls pelo Planalto Central Brasileiro em 1892, manteve vivo o movimento pela mudança e construção da Capital Federal no Planalto Central Brasileiro.

Das inúmeras confidências que tive o privilégio de colher de Joaquim Gilberto, como uma das minhas fontes de história oral,

lembro-me de quando as tropas comandadas pelo general Pantaleão Teles bivacaram em Santa Luzia em 1926 para combater a Coluna Prestes. A população realizava bailes, representações teatrais e tertúlias literárias e poéticas com a Tropa.

Joaquim Gilberto, com sua voz grave e forte, declamou poesias após um primeiro-tenente, especialista em Olavo Bilac, declamar e ser ovacionado pela platéia. O nome desse primeiro-tenente era Humberto de Alencar Castello Branco.

Meu patrono, assim como outros membros do "Grupo de Santa Luzia", que participaram daqueles eventos em 1926 tinham uma grande mágoa, convidaram o então Marechal Castello Branco, o primeiro ditador do Golpe Civil e Militar de 1964 para vir a Luziânia e este se negou a aceitar o convite.

Joaquim Gilberto nunca alardeou, mas, era ele o revisor dos textos do "Pai da Historiografia Goiana", Antonio Americano do Brasil, e isto aos vinte e dois anos de idade.

Quando organizei em 1983 os festejos dos 50 anos da criação de Brazlândia, hoje cidade do Distrito Federal, em que ele, Gelmires Reis, Castorina Braz, Oscar Braz, Judite Cardoso, Voltaire Aires Cavalcante, Benjamin Cristiano de Oliveira e Públio de Souza, que fora Interventor Municipal em Santa Luzia em 1930, foram homenageados pelo Governo do Distrito Federal, colhi um depoimento precioso.

No dia 20 de abril de 1932, reunidos na Prefeitura Municipal com Públio de Souza, estavam Americano do Brasil, Benedito de Araújo Mello, Gelmires Reis e Joaquim Gilberto, quando Americano do Brasil disse que havia boatos de que ele corria risco físico, por ter sido convocado para fazer uma perícia médica legal em uma

jovem que tinha sido molestada sexualmente. Depois da fala de Americano o Prefeito-Interventor Públio de Souza disse da sua decisão de criar um novo Distrito em Santa Luzia na região da Chapadinha e que Abílio Braz de Queiroz doou as terras da sua propriedade para que ele baixasse o decreto criando o novo Distrito. Joaquim Gilberto deu então a idéia para que o novo Distrito se chamasse Brazlândia em homenagem a família que disponibilizava as terras.

Americano do Brasil foi assassinado na manhã do dia seguinte à reunião, quando preparava as aulas que daria no Colégio Estadual.

Como não tenho concorrentes nesta cerimônia de posse, peço-lhes mais paciência para lhes confidenciar mais um privilégio, o de ter participado como ouvinte de dezenas de palestras uiscadas na casa de Joaquim Gilberto na Praça Evangelino Meireles.

Nos finais de tardes ali se reuniam Benedito de Araújo Mello, Segismundo de Araújo Melo, José Júlio Guimarães Lima e Gelmires Reis – quando a cistite deixava – e o professor Sebastião Machado de Araújo que fora deputado constituinte em 1934.

As conversas só eram interrompidas por Dona Nenen, sua esposa dedicada, com os acepipes para atenuar os efeitos dos legítimos escoceses.

Prometo, enquanto eu viver e desfrutar do convívio de minhas confreriras e de meus confrades desta Academia de Letras e Artes do Planalto, criada para conter a avalanche litorânea advinda com Brasília, que muito do que eu ouvi desses luminares do processo civilizatório do Planalto Central Brasileiro e dos militantes mudancistas, procurarei honrá-los com meu testemunho.

Obrigado Joaquim Gilberto por você ter existido.
Prometo Joaquim Gilberto que você continuará a existir.

Tenho Dito.

Jarbas Silva Marques